



## Trabalho produtivo e improdutivo em Marx: elementos para um debate em aberto

Productive and unproductive work in Marx: elements for an open debate

**Albani de Barros\***

 <https://orcid.org/0000-0003-2923-7557>

**Manuella Aragão Pinheiro\*\***

 <https://orcid.org/0000-0002-1882-3078>

### RESUMO

Este artigo objetiva explicitar as categorias trabalho produtivo e trabalho improdutivo a partir das formulações de Marx no *Capítulo VI (inédito)*, no capítulo XIV de *O Capital* e em *Teorias da mais-valia*. Respalado em pesquisa bibliográfica de caráter eminentemente teórico, o texto começa pela contribuição de Smith em torno dessas categorias, apropriadas e aprofundadas por Marx. Em seguida, demarca-se a ineliminável relação entre produção de mais-valia e trabalho produtivo. Finaliza-se com a exposição das convergências e incongruências entre os textos marxianos. Obteve-se, como principal resultado, que, para Marx, a caracterização do trabalho enquanto produtivo ou improdutivo se dá a partir da apreensão da função social do trabalhador no processo de acumulação e reprodução capitalista. Além disso, resgataram-se formulações/concepções centrais e estruturantes para a crítica radical à ordem do capital.

### PALAVRAS-CHAVE

Trabalho produtivo; Trabalho improdutivo; Modo de produção capitalista.

### ABSTRACT

This article seeks to explain the categories productive work and unproductive work based on Marx's formulations in the chapters: Chapter VI (unpublished), Chapter XIV - both from the Capital - and in notes found in the text Theories of surplus value. Supported by an overwhelmingly theoretical and bibliographical research nature, our text begins by exposing Smith's contribution to these categories, which were later appropriated and further developed by Marx. It then highlights the ineliminable relationship between the production of surplus value and productive work. It ends with an exhibition of the convergences and inconsistencies between the Marxian's texts. The main result shows that, for Marx, the characterization of

---

\*Assistente Social. Doutor em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, Recife, Brasil). Docente Adjunto da Universidade Federal da Paraíba (UFPB, João Pessoa, Brasil). E-mail: [albanibr@hotmai.com](mailto:albanibr@hotmai.com)

\*\*Assistente Social. Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, Recife, Brasil). Assistente Social na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (UFAL, Maceió, Brasil). E-mail: [manuella.pinheiro@fssso.ufal.br](mailto:manuella.pinheiro@fssso.ufal.br)

DOI 10.22422/temporalis.2024v24n47p382-394



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2024 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional ([https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

work, as productive or unproductive, is based on the understanding of the work's social function in the process of capitalist accumulation and reproduction. Furthermore, it recovers central and structural formulations/conceptions to support a radical critique of the capitalist system.

#### KEYWORDS

Productive work; unproductive work; capitalist mode of production.

### Introdução

O presente artigo busca analisar o tratamento ofertado por Marx aos conceitos de trabalho produtivo e de trabalho improdutivo. Tal questão é tratada, essencialmente, no desenvolvimento da Crítica da Economia Política, em especial no *Capítulo VI (inédito)*, no capítulo XIV de *O Capital* e em *Teorias da mais-valia*. Essas três obras foram utilizadas como base para esse artigo.

É razoável considerar que o debate sobre o trabalho produtivo e o improdutivo a partir da obra de Marx permanece sendo um desafio teórico para quem deseja fazer uma análise cuidadosa e rigorosa da tradição marxista. Parte das dificuldades quanto a um exame crítico desse arcabouço teórico encontra-se, inicialmente, na forma relativamente abreviada como o tema foi tratado em *O capital*, ficando delimitado em especial ao início do capítulo XIV do primeiro livro. Para tornar a questão ainda mais desafiadora, além da abordagem em *Teorias da mais-valia*, o texto em que Marx trouxe essa temática de maneira mais minuciosa, o *Capítulo VI (inédito)*<sup>1</sup>, não foi incluído pelo autor na redação final da obra, publicada em 1867. Isso certamente não interdita o estudo do texto, mas exige um nível maior de atenção e de rigor durante seu trato analítico.

Este texto está dividido em quatro tópicos. O primeiro trata do legado de Smith a respeito do trabalho produtivo e improdutivo; nele, discorre-se sobre a contribuição desse autor para o desenvolvimento da temática em Marx. No segundo tópico, em que se aborda trabalho e mais-valia, examina-se como, no consumo da força de trabalho, apenas de parte do valor produzido durante a jornada de trabalho é necessário para cobrir a quantia do salário pago aos trabalhadores. Como na noção de produtivo no capitalismo, está contida de forma incontornável a produção de mais-valia, essa análise possui uma importância ímpar.

No terceiro item, Marx e o trabalho produtivo, o conceito de produtivo é tratado para além de uma derivação da relação entre o homem e a natureza, que resulta na produção de valores de uso, ganhando um novo *status* qualitativo como produtor de mais-valor. Por último, no tópico em que desenvolvemos uma análise do *Capítulo VI (inédito)* e do capítulo XIV em *O Capital*, examinam-se as similitudes e as incongruências entre os dois textos, demonstrando que o trabalho é produtivo ou improdutivo a depender da apreensão da

---

<sup>1</sup> Na primeira metade da década de 1860, além dos manuscritos conhecidos como *Cadernos de 1861-1863*, Marx produziu um esboço do primeiro volume de *O capital* “que permaneceu inconcluso [e] foi redigido de 1863 a 1867 — segundo alguns autores, entre 1863 e 1864. Era o tópico 7 de um esboço geral do livro!” (Antunes; Van Der Laan, 2022, p. 7). Dos manuscritos com essa configuração inicial, “apenas o *Capítulo VI* foi preservado, junto com algumas folhas avulsas do restante do material” (Antunes; Van Der Laan, 2022, p. 10). O *Capítulo VI* havia sido concebido para encerrar o primeiro volume de *O Capital*, exercendo a função de uma ponte entre ele e o segundo volume, no qual está presente a análise sobre trabalho produtivo e trabalho improdutivo (Antunes; Van Der Laan, 2022).

função social do trabalhador no processo de acumulação e reprodução capitalista.

### O legado de Smith sobre trabalho produtivo e improdutivo

É em 1844 que Marx inicia seus estudos no campo da Economia Política, incentivado em larga medida pela leitura de um artigo de Engels publicado na revista *Anais Franco-Alemães* e intitulado *Esboço para uma Crítica da Economia Política* (*Unrisse zu einer Kritik der Nationalökonomie*). Esse texto foi escrito por Engels entre dezembro de 1843 e janeiro de 1844 e enviado a Marx, ainda em janeiro, para publicação (Mészáros, 2016). Quinze anos depois, em 1859, no conhecido Prefácio da *Contribuição para a Crítica da Economia Política*, Marx fez questão de reconhecer a importância do artigo de Engels para seus estudos iniciais na Economia Política; em suas palavras, classifica-o como um “genial esboço de uma crítica das categorias econômicas” (Marx, 2009, p. 49). À medida que, com esse texto, Engels desperta um novo interesse em Marx, o do campo da Crítica da Economia Política, será no diálogo, notadamente com Smith e Ricardo, que Marx aprofundará esses estudos. Já no que se refere à temática do trabalho produtivo e improdutivo, Smith é quem lhe oferece uma base seminal para essa análise.

Quando foi publicada *A Riqueza das Nações*, na segunda metade do século XVIII, o solo societário no qual Smith se deteve para examinar o capitalismo ainda não detinha todas as tendências desenvolvidas plenamente, como ocorreu no período em que Marx realizou seus estudos no campo da Economia Política. Mesmo com esses limites, Smith (1996, p. 93) assinalou que “o trabalho é a única medida universal e a única medida precisa de valor, ou seja, o único padrão através do qual podemos comparar os valores de mercadorias diferentes”. Além desse tratamento, dado à teoria do valor-trabalho, o autor também aludiu sobre a problemática do trabalho produtivo e do improdutivo, argumentando que:

[...] existe um tipo de trabalho que acrescenta algo ao valor do objeto sobre o qual é aplicado; e existe outro tipo, que não tem tal efeito. O primeiro, pelo fato de produzir um valor, pode ser denominado produtivo; o segundo, trabalho improdutivo. Assim, o trabalho de um manufator geralmente acrescenta algo ao valor dos materiais com que trabalha: o de sua própria manutenção e o do lucro de seu patrão. Ao contrário, o trabalho de um criado doméstico não acrescenta valor algum a nada (Smith, 1996, p. 333).

As atividades realizadas por trabalhadores produtivos e improdutivos, sob a ótica de Smith, possuíam utilidade para o capitalista, por isso eram merecedores de remuneração; porém, apenas os trabalhadores que acrescentavam uma maior lucratividade para o burguês seriam produtivos. Outro ponto que exige atenção em Smith é seu entendimento de que o trabalho produtivo só poderia ser tratado assim na medida em que produzisse um objeto tangível, com alguma durabilidade — ou seja, um produto material. Pois, para o autor, esse tipo de trabalho “realiza-se em um objeto específico ou mercadoria vendável, a qual perdura, no mínimo, algum tempo depois de encerrado o trabalho” (Smith, 1996, p. 333). Nesses termos, os trabalhadores da esfera dos serviços estariam afastados da possibilidade de serem produtivos<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Tal afirmação perde validade quando constatada a hipertrofia do setor de serviços, típica da fase contemporânea do capital, e a tendência irrefutável do capitalismo de transformar esferas improdutivas em

Com relação ao trabalho improdutivo e às atividades estatais, o autor avaliava que, em algumas cidades francesas que sediavam as assembleias legislativas ou onde o Estado estava mais presente, havia mais trabalhadores improdutivos, considerando que:

[...] toda ou quase toda a renda pública é empregada, na maioria dos países, em manter cidadãos improdutivos. Tais pessoas constituem uma corte numerosa e esplêndida, um grande estabelecimento eclesiástico; grandes esquadras e exércitos, que em tempos de paz nada produzem, e em tempo de guerra nada adquirem que possa compensar os gastos de sua manutenção, mesmo enquanto perdura a guerra. Essas pessoas, que nada produzem, são mantidas pela produção do trabalho de terceiros (Smith, 1996, p. 343).

Logo, Smith considerava que os trabalhadores improdutivos constituíam-se em custos dispendiosos para a sociedade, embora úteis e necessários. Desse modo, um país rico poderia ser identificado pela proporção entre trabalhadores produtivos e improdutivos, quanto maior o quantitativo desses primeiros, maior seria a riqueza.

Sobre a contribuição de Smith a respeito dessa temática, Marx reconhece sua relevância em *Teorias da Mais-valia*, mencionando que “[...] do ponto de vista da produção capitalista, Adam Smith penetrou no âmago da questão, acertou na mosca, e um dos seus maiores méritos científicos (essa distinção crítica entre trabalho produtivo e improdutivo [...]) (Marx, 1980, p. 137). Esse legado teórico de Smith acabou se tornando fundamental para os posteriores estudos de Marx sobre mais-valia e categorias como trabalho produtivo e trabalho improdutivo.

### **Trabalho e mais-valia**

Marx herda o legado da análise de Adam Smith e de David Ricardo sobre a teoria do valor-trabalho. Mas a amplitude e a profundidade de sua *Crítica da Economia Política*, revelam, para além da apreensão dessa massa teórica, uma superação dos autores ingleses (não ocorre simplesmente uma negação dessa herança). Ao desenvolver a conceituação acerca da mais-valia a partir dos *Grundrisse*, o autor estabelece as bases que posteriormente lhe darão condições para intuir o sentido de trabalhador produtivo no capitalismo, vinculando-o a produção do mais-valor.

Tendo por pressuposto elementar a análise sobre a mercadoria, Marx passa a compreender o que é o valor e qual seu fundamento: o trabalho abstrato produtor de valor. É consumindo o tempo de trabalho alienado pelo trabalhador que o capitalista põe em movimento o metabolismo de valorização de seu dinheiro. A finalidade desse processo é produzir mais-valia. Isso apenas é possível em razão da redução do trabalho humano nas suas dimensões concretas para a forma assalariada.

Nessa relação, o capital se apresenta como uma força “morta” que busca vida na compra da força de trabalho e na sujeição dela ao seu interesse expansionista de valorização. Por sua vez, o trabalhador não leva sua mercadoria, sua força de trabalho, ao capital para obter um valor superior pela venda de seu uso. Em resumidas palavras, na perspectiva do trabalhador, a forma como a venda da força de trabalho circula segue o padrão M-D-M.

---

fontes de lucratividade e em esferas passíveis de produção de valor. Para uma rigorosa discussão sobre essa questão, conferir Antunes (2020) e Dal Rosso (2008, 2014).

Para o capitalista, essa transação tem que ser necessariamente uma não troca (Marx, 2011), uma negação da equivalência. Assim, o capitalista opera no circuito de valorização de valor conhecido como D-M-D'. Como o capitalista necessita obter um valor superior àquele pago pelo uso da força de trabalho, essa troca apenas pode assumir uma relação aparente de permuta de equivalentes.

Essa mistificação é própria e particular da mercadoria força de trabalho, do movimento de sua aquisição e de seu consumo. Uma vez compreendida a redução das diversas manifestações do trabalho concreto para uma configuração indiferenciada, Marx examina o elemento capaz de mensurar o valor incorporado às mercadorias. A resposta a essa questão é o tempo de trabalho socialmente necessário. No consumo da força de trabalho, o capitalista necessita apenas de parte do valor produzido durante a jornada de trabalho para cobrir a quantia do salário pago aos trabalhadores. Em tais circunstâncias, o valor correspondente à força de trabalho “tem de ser sempre menor que seu produto-valor, pois o capitalista sempre faz a força de trabalho funcionar por mais tempo do que o necessário para a reprodução de seu próprio valor” (Marx, 1996, p. 169).

A teoria do valor-trabalho foi estruturada para explicar “como o tempo de trabalho socialmente necessário é incorporado nas mercadorias pelo trabalhador” (Harvey, 2013, p. 135). Tal aspecto, ainda que não tenha sua origem na própria teoria marxiana (pois sua gênese está nomeadamente em Smith e Ricardo), está expresso em parte essencial da obra que Marx desenvolveu para entender o modo de produção capitalista. Essa obra significa, sobretudo, o desenvolvimento de uma sofisticada base teórica para explicitar o fundamento ontológico da sociedade capitalista: o trabalho assalariado.

O intercâmbio realizado entre capital e trabalho, de início, aparece como qualquer outra relação mercantil de compra e venda. O que o capitalista compra, de fato, é a capacidade de trabalho alienada do trabalhador segundo seu valor equivalente enquanto mercadoria. Mas essa troca estabelecida também dá origem a alguns segredos, tais quais as razões que guiaram o trabalhador a vender suas potencialidades físicas e espirituais bem como os motivos pelos quais é o capitalista que detém a posse dos meios de produção já no começo do processo.

Essa relação mercantil entre capital e trabalho também revela uma particularidade: a “valorização da capacidade de trabalho além de seu valor não se encontra em contradição com essa operação que ocorre conforme a lei de trocas de mercadorias” (Marx, 2012, p. 198). A produção na sociedade burguesa é essencialmente produção de mais-valia; por esse motivo, seu fundamento não pode ter como base de explicação a esfera da circulação, ainda que muitos capitalistas estejam nela. A valorização de capital pressupõe a inescapável necessidade de que esse processo ocorra a partir da produção de mercadorias no interior do metabolismo de acumulação de capital, resultando em trabalho não pago e na exploração da força de trabalho.

### **Marx e o trabalho produtivo**

No interior da Crítica da Economia Política desenvolvida na obra marxiana, a análise sobre o trabalho produtivo não expressa simplesmente o trato teórico sobre algo acessório ou residual no modo de produção capitalista. Muito pelo contrário, significa elucidar os nexos

da própria substância do sistema metabólico de acumulação de capital: a produção de mais-valia. Para Marx, a compreensão de que basta produzir algo, ainda que seja uma mercadoria, não é suficiente para entender o sentido de produtivo no capitalismo. O autor faz referência à concepção de Smith acerca da distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo e a supera atendendo à particularidade dessas categorias bem como do processo de produção capitalista como produção de mais-valia. Na obra marxiana, o trabalho produtivo é uma categoria central para entender o processo de produção sob o domínio do capital. Dialeticamente, ao circunscrever e demarcar o trabalho produtivo, evidencia-se a distinção com o trabalho improdutivo.

Assim, o conceito de produtivo no modo de produção capitalista refere-se fundamentalmente a produzir mais-valia. Para que não pare dúvidas sobre tal aspecto, facultemos a palavra ao próprio Marx (1996, p. 138, grifo nosso): “a produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é *essencialmente produção de mais-valia*. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, portanto, que produza em geral. Ele tem de produzir mais-valia”. Reforçando tal aspecto, esse pressuposto é apresentado no *Capítulo VI (inédito)*, quando é afirmado que “[...] é produtivo o trabalho que cria imediatamente *mais-valor*, isto é, *valoriza o capital*”. (Marx, 2022, p. 109). Em algumas linhas abaixo, o autor complementa: “Só é produtivo o trabalhador cujo processo de trabalho é = ao *processo de consumo produtivo* da capacidade de trabalho — o portador desse trabalho — pelo capital ou pelo capitalista” (Marx, 2022, p. 109).

A compreensão sobre o conceito de produtivo contida no capítulo V de *O Capital*, extraída da relação produtora de valores de uso entre o homem e a natureza, não é capaz de oferecer os elementos explicativos sobre as relações de produção estabelecidas entre capital e trabalho. O conceito de produtivo se estreita sob a lógica da sociedade capitalista, pois apenas “é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital” (Marx, 1996, p. 138).

Essa afirmativa de Marx traz alguns elementos importantes. O primeiro corresponde ao fato de que a produção da mais-valia tem na mercadoria sua base fundamental. Os trabalhadores que não produzem mercadoria, como aqueles que estão na esfera do comércio ou dos bancos, são partícipes fundamentais para lucratividade de seus patrões e/ou acionistas, mas isso não os torna produtivos. O segundo elemento refere-se ao fato de que é possível produzir uma mercadoria e não ser produtivo, uma vez que a produção de mais-valia sintetiza a apropriação de mais-valor produzido pelo capitalista. Se alguém produz uma mercadoria, se em seguida a vende para obter dinheiro e depois utiliza o lucro obtido para aquisição de outras mercadorias para sua subsistência, não há produção de mais-valia, ainda que uma mercadoria tenha sido produzida e vendida.

Tais aspectos levam a outra observação, a de que é uma das características fundamentais do trabalho produtivo que o trabalhador enquanto vendedor de força viva de trabalho se defronte necessariamente com o capitalista. Sua inserção na dinâmica da acumulação acontece na qualidade de capital variável, o qual não apenas conserva o valor destinado pelo capitalista para aquisição da força de trabalho, como adiciona um novo *quantum* de valor não pago incorporado à mercadoria, que, em seguida, é vendida na esfera da circulação. Se a relação de assalariamento é por tempo de trabalho ou por peça, essa não é uma questão decisiva.

O trabalho produtivo, na compreensão marxiana, não possui relação com o conteúdo em si da atividade efetuada, não tem uma identidade com a utilidade manifestada na tarefa, tampouco com o valor específico pago ao trabalhador por sua execução. O sentido de produtivo se inscreve quando a utilização da força de trabalho é trocada por um salário enquanto uma manifestação de capital, cuja destinação é de valorização do valor. Nesse sentido, assevera Marx (2022, p. 113): “O produto específico do processo de produção capitalista, o mais-valor, é criado apenas por meio da troca com o trabalhador produtivo”.

Para exemplificar as diferentes formas de trabalho produtivo, é razoável que, inicialmente, ilustremos algumas formas mais facilmente identificáveis. Esse é o caso dos trabalhadores assalariados da esfera da produção, o proletariado no sentido *stricto sensu*: os operários da indústria, da mineração ou da produção agrícola, para ficarmos nesses exemplos mais evidentes. Por transformarem a natureza em mercadorias e estarem subordinados a uma condição de assalariamento cujo resultado é a produção de mais-valia, esses trabalhadores são necessariamente trabalhadores produtivos.

Lessa (2007) acrescenta que esses trabalhadores proletários não apenas produzem mais-valia, como também são produtores do conteúdo material da riqueza social. Essa interpretação de Lessa é extraída a partir de uma nota de rodapé contida no capítulo XXIII de *O Capital*, em que Marx (1996, p. 247) assinala que: “Por ‘proletário’ só se deve entender economicamente o assalariado que produz e valoriza ‘capital’”. Não é parte do escopo desta análise entrar no debate proposto por Lessa sobre o significado de proletariado. Apenas deseja-se chamar atenção e reafirmar que, do ponto de vista da compreensão de trabalho produtivo, esse trabalhador assalariado que produz riqueza material e simultaneamente valoriza capital é produtivo. Note-se que o substrato que lhe confere a condição de produtivo não deriva da função de produzir riqueza material, mas de valorizar capital. O exemplo, mencionado por Marx, do trabalhador que fabrica um piano é elucidativo quanto a isso.

O trabalhador de um fabricante de piano é um trabalhador produtivo. Seu trabalho, além de substituir o salário que consome, proporciona valor excedente acima do valor do salário no produto, no piano, a mercadoria que o fabricante vende. Se, ao invés disso, compro todo material necessário para fabricar um piano (ou digamos o próprio trabalhador o possua) e, ao invés de comprar o piano na loja, mando fazê-lo em casa, nesse caso, quem faz o piano é trabalhador improdutivo, pois seu trabalho se troca diretamente por minha renda (Marx, 1980, p. 140).

Tendo esse elemento como pressuposto nodal, é possível entender que a compreensão de trabalho produtivo também se estende para a esfera dos serviços. Mais uma vez, não se trata de considerar que qualquer atividade nos serviços possa ser tratada como portadora de trabalho produtivo. É preciso que o próprio Marx esclareça tal questão a partir de dois outros exemplos, o do mestre-escola, no do volume I de *O Capital*, e o da cantora, no Capítulo VI (*inédito*). Inicialmente em *O Capital*, encontra-se o seguinte trecho:

Se for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, então um mestre-escola é um trabalhador produtivo se ele não apenas trabalha as cabeças das crianças, mas extenua a si mesmo para enriquecer o empresário. O fato de que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa fábrica de salsichas, não altera nada na relação (Marx, 1996, p. 138).

Já no *Capítulo VI (inédito)*, além de também apresentar o exemplo do mestre-escola, Marx oferece outro, também no setor de serviços:

Uma cantora que canta como um pássaro é um trabalhador improdutivo. Se ela vende seu canto por dinheiro, é uma trabalhadora assalariada ou comerciante de mercadorias. Mas a mesma cantora, contratada por um empresário que a deixa cantar por dinheiro, é uma trabalhadora produtiva, pois produz diretamente capital (Marx, 2022, p. 114).

Deve-se observar que, na hipótese citada imediatamente acima, se a cantora realizou sua apresentação em um teatro ou casa de show, e, para tanto, cobrou uma determinada quantidade de dinheiro para quem desejasse assistir, o que ela recebeu desses expectadores foi uma renda. Nesse sentido, ela não teve parte do dinheiro recebido sendo apropriado por um capitalista. Porém, na medida em que essa mesma cantora é contratada por uma empresa para realizar o mesmo show, e em troca do seu espetáculo recebe um salário, parte do dinheiro que foi pago pelos expectadores vai agora para as mãos do capitalista que a contratou, para a valorização de seu capital. Nessa segunda situação, a cantora produziu mais-valia, esse é o motivo pelo qual sua atividade pode ser tratada como trabalho produtivo. Em síntese, “a única diferença entre trabalho produtivo e improdutivo é se o trabalho é trocado por dinheiro ou dinheiro como capital” (Marx, 2022, p. 117).

Cabe ainda mencionar que os trabalhadores que atuam no Estado, no comércio e nos bancos são necessariamente improdutivos. No comércio, não há produção de mais-valia, pois ele se encontra na esfera da circulação e tem como finalidade realizar a mais-valia originalmente gerada na esfera da produção. No caso dos bancos, a lucratividade obtida não é resultado da apropriação de mais-valia de seus trabalhadores, mas oriunda dos juros cobrados junto a outros capitalistas, ao Estado ou mesmo a trabalhadores. Já no tocante ao Estado, a função social do funcionário público situa-se como exterior à produção de mais-valia, sua força de trabalho não é vendida para um capitalista e, por conseguinte, ele não participa do processo de valorização de capital (Duarte, 2017).

Mas se o trabalhador improdutivo é enquanto tal exterior à dinâmica da produção de mais-valia, ele não se encontra/é externo às fronteiras do sistema do capital. Os rendimentos desses trabalhadores, sejam autônomos, trabalhadores do comércio, dos bancos ou funcionários públicos, são provenientes da redistribuição da mais-valia, produzida originalmente pelos trabalhadores produtivos (Teixeira, 1988).

### **Sobre confluências e contradições entre o *Capítulo XIV (inédito)* e *O Capital***

Quanto a uma análise comparativa entre o *Capítulo VI (inédito)* e o capítulo XIV de *O Capital* — os dois textos produzidos por Marx que tratam do significado do trabalho produtivo e do trabalho improdutivo —, algumas observações são importantes. A primeira é que, no manuscrito inédito, Marx desenvolve um tópico específico para tratar sobre o trabalho produtivo e o improdutivo, o que lhe permite ampliar razoavelmente a análise dessa questão. Já em *O Capital*, esse tratamento aparece apenas preliminarmente no capítulo XIV; porém, ao tempo que o desenvolvimento desse tema se realiza de forma mais breve, os apontamentos se tornam mais precisos

Ao analisar os dois textos, encontram-se tanto elementos de complementariedade como de contradição. De um lado, os aspectos que se complementam mutuamente, estão presentes no entendimento de que é produtivo quem produz mais-valia. Isso aparece de forma convergente nas duas redações. Outro ponto de consonância é a apresentação de exemplos de trabalhadores produtivos na esfera dos serviços, o que corrobora a noção de que eles também podem ser produtores de mais-valia. Os exemplos citados validam essa compreensão. Por outro lado, existem incongruências, especificamente na redação do *Capítulo VI (inédito)*. Nesse texto, Marx (2022) não delimita uma específica fronteira entre os trabalhadores produtivos e os improdutivos no interior do que ele denomina como capacidade de trabalho socialmente combinada. Essa questão é tratada, a nosso ver, em contradição com o que, alguns anos depois, é assinalado pelo mesmo autor no capítulo XIV do primeiro volume de *O capital*. Para que possamos entender essa contradição, melhor franquear os argumentos ao próprio Marx por meio de seu manuscrito inédito:

[...] o que torna o *funktionär* [funcionário] real do processo global de trabalho, e, já que diversas capacidades de trabalho que concorrem e que constituem a máquina produtiva em seu todo participam de formas muito diferentes no processo imediato de formação de mercadoria, ou melhor, de formação do produto — uns trabalham mais com as mãos, outros mais com a cabeça alguns como gerentes, engenheiros, tecnólogos etc., outros como inspetores, ainda outro como trabalhador manual direto, ou mesmo apenas como ajudante —, um número sempre maior de *funções de capacidade de trabalho* está sob o conceito imediato de *trabalhador produtivo* e seus portadores estão sob o conceito de *trabalhadores produtivos*, diretamente explorados pelo capital e *subordinados* em geral a seu processo de valorização e produção (Marx, 2022, p. 109–110).

É preciso observar que nesse momento em que o manuscrito é produzido, no momento anterior à publicação de *O Capital*, não comparece ainda o conceito de trabalhador coletivo, mas o de capacidade de trabalho socialmente combinada. Além disso, de forma geral, a explicação é de que todos que estão subordinados ao capitalista como participantes na produção de uma mercadoria são indistintamente trabalhadores produtivos.

Diante dos argumentos já desenvolvidos, fica depreendido que o manuscrito inédito apresenta uma contradição, inclusive com alguns elementos tratados anteriormente por Smith, visto que esse autor diferencia, dos outros assalariados que são custos para o burguês. Outra questão que parece significativa é que a definição do trabalhador enquanto produtivo ou improdutivo não é restritamente resultante dele ser participante da dinâmica produtiva de uma mercadoria, mesmo quando evidenciada a necessidade de sua presença nesse processo. Se assim fosse, o próprio capitalista deveria ser considerado trabalhador produtivo visto que ele é figura indispensável para a produção capitalista, ainda que esse não produza rigorosamente nada.

Tais incongruências já não comparecem em *O Capital*, portanto, elas estão devidamente superadas. Ao discorrer, no capítulo XIV, não mais sobre o conceito de capacidade de trabalho socialmente combinada, mas sobre o trabalhador coletivo, Marx (1996) aponta que há uma modificação quanto à conceituação do significado de produtivo, o qual não se trata mais de um produtor individual, mas de um trabalhador coletivo. Essa alteração é resultado de uma ação combinada de vários trabalhadores, os quais podem estar até “mais perto ou mais longe da manipulação do objeto de trabalho” (Marx, 1996, p. 137). Ao tempo que essa frase parece indicar uma continuidade — por trás de novas terminologias — do

que fora descrito no manuscrito inédito (escrito anos antes), poucas linhas depois, o autor complementa:

A determinação original, acima, de trabalho produtivo, derivada da própria natureza da produção material, permanece sempre verdadeira para o trabalhador coletivo, considerado como coletividade. Mas ela já não é válida para cada um de seus membros, tomados isoladamente (Marx, 1996, p. 137–138).

Ao final da citação, Marx alerta que essa definição geral de produtivo para o trabalhador coletivo não pode ser considerada como válida de forma indistinta para todos os trabalhadores envolvidos no processo produtivo, quando tratados individualmente. Considerando a produção material na sociedade capitalista e seu agente produtivo, o conceito de trabalhador produtivo permanece válido. Mas a condição de cada trabalhador singular como produtivo não é necessariamente uniforme em relação à conceituação de trabalhador coletivo. Marx (1996) não nos oferece muitos exemplos específicos de casos desse tipo, como fez no *Capítulo VI (inédito)*, e acaba fornecendo espaço para equívocos. Mas ele aponta pistas importantes ao assinalar a oposição entre trabalho manual e intelectual, contextualizando-a na esfera da produção e depois inserindo um exemplo no: setor de serviços. Os exemplos apresentados de trabalhadores produtivos são: o do operário de uma fábrica de salsichas; e, o que ocorre fora da esfera da produção, o do mestre escola, exemplo também aludido no *Capítulo VI (inédito)*.

Ainda que o autor, no capítulo XIV de *O Capital*, não tenha oferecido exemplos de casos concretos de quem seria improdutivo numa análise individual, é possível considerarmos que a não inclusão de trabalhadores que estão na função de controle como produtivos, sinaliza uma negação dessa possibilidade. Com base nessa argumentação, não seria plausível considerar vigilantes, capatazes, supervisores, inspetores e gerentes como produtivos. Decerto, não são.

Esses assalariados, ainda que empregados pelo mesmo burguês que contratou trabalhadores para produzir uma determinada mercadoria, não cumprem a função de produzir mais-valia, são custos para o capitalista, e, se fosse possível, seriam eliminados. Ocorre que o desenvolvimento e a maior complexidade da produção capitalista e de seus circuitos de valorização, tendem a exigir que o contingente de trabalhadores improdutivos seja ampliado. Assim, “[...] quanto mais nos aproximamos dos estágios mais desenvolvidos do ‘capitalismo avançado’, mais pronunciada é a mudança na direção dos constituintes não produtivos e parasitários” (Mészáros, 2011, p. 616).

Nesse sentido, se a ideia é fazer uma análise específica sobre cada trabalhador, o que determinaria seu caráter produtivo não é ser ou não participe do processo de produção de uma mercadoria, mas essencialmente a função que o trabalhador cumpre nesse processo.

### **Considerações finais**

O trabalho assalariado — apenas considerando a condição de alienação da capacidade produtiva — não expressa em si mesmo a determinação de trabalho produtivo. O que o trabalho abstrato tem como uma dimensão indissociável de si mesmo é sua natureza mistificadora. À medida que oculta o caráter concreto das atividades, também esconde a utilidade e a funcionalidade das diferentes formas laborais, transformando todas naquilo

que Marx (1988, p. 168) menciona como uma “objetividade fantasmagórica, uma simples gelatina de trabalho humano indiferenciado, isto é, do dispêndio de força de trabalho humano, sem consideração pela forma como foi despendida”, ou seja, trabalho humano abstrato. Esse caráter mistificador próprio da mercadoria resulta na criação de obstáculos para a percepção sobre o significado de produtivo e de improdutivo no modo de produção capitalista.

Para enfrentar tais questões, Marx (1988) faz no capítulo V de *O capital* uma análise sobre o trabalho e o caráter produtivo em geral dessa atividade, ainda sem saturar de determinantes sociais a forma de sociabilidade a qual se refere. Essa dimensão do trabalho produtivo refere-se, de forma circunscrita, à produção de valores de uso. O processo de trabalho, em sua dimensão considerada em abstrato, explicita que: os elementos que compõe o trabalho (tais quais os apresentados no capítulo acima mencionado) são encontrados independentemente da sociedade específica, sem que haja determinações que identifiquem concretamente a qual modo de produção o processo de trabalho pertence.

Em outros termos, essa apreciação se dá ao trabalho considerado em abstrato ou, como o próprio autor também denomina, na qualidade de processo simples de trabalho, desconectado de suas características históricas específicas. Ainda no mesmo capítulo V, o próprio Marx esclarece que: “Considerando-se o processo inteiro do ponto de vista de seu resultado, do produto, aparecem ambos, meio e objeto de trabalho, como meios de produção e o trabalho mesmo como trabalho produtivo” (Marx, 1988, p. 300). Contudo, ao final da frase, ele adverte, por meio de uma nota de rodapé, que: “Essa determinação de trabalho produtivo, tal como resulta do ponto de vista do processo simples de trabalho, não basta, de modo algum, para o processo de produção capitalista” (Marx, 1988, p. 300). A retomada dessa análise ocorrerá no capítulo XIV, no qual será recuperada exatamente essa mesma nota de rodapé e será desenvolvida a questão acerca do trabalho produtivo e do improdutivo no interior das relações capitalistas, determinando um novo patamar qualitativo ao conceito de produtivo no modo de produção dominado pelo capital.

Marx ultrapassa o pressuposto abstrato da produção do conteúdo material como elemento-chave para lastrear o sentido de produtivo, balizando sua análise a partir da dinâmica capitalista. A produção de valores de uso permanece como uma necessidade incessante de qualquer tipo de sociedade; porém, ela não é suficiente para explicitar o sentido de produtivo ou de improdutivo. Por essa razão, o autor incorpora ao debate as determinações sociais concretas da produção capitalista. Trabalhar produtivamente já não é restritamente produzir um novo *quantum* de riqueza material, mas ser gerador de riqueza a ser apropriada pelo burguês, de modo que sua atividade sirva para a expansão do capital. Com a ironia que lhe é própria, Marx (1996, p. 138) assinala: “Ser trabalhador produtivo não é, portanto, sorte, mas azar”.

As concepções de trabalho produtivo e de trabalho improdutivo não pertencem à esfera da universalidade, a qual abarca as diversas formas de sociabilidade fundadas pelo trabalho humano. A distinção entre essas duas concepções apenas faz sentido quando pensamos o modo de produção capitalista, quando o sentido de produtivo passa a ser estabelecido a partir do pressuposto de ser ou não produtor de mais-valia. Dessa forma, Marx (1980, p. 137) indica que os conceitos de trabalho produtivo e de trabalho improdutivo “não

decorrem da qualificação material do trabalho (nem da natureza do produto nem da destinação do trabalho como trabalho concreto), mas da forma social determinada, das relações sociais de produção em que ele se realiza”.

A partir da análise do *Capítulo VI (inédito)*, do capítulo XIV de *O Capital* e do texto *Teorias Mais-Valia*, conclui-se que o entendimento desenvolvido por Marx é que, no modo de produção capitalista, a condição de assalariamento é um pressuposto para ser um trabalhador produtivo; contudo, nem todos os assalariados o são. O fundamento do trabalho produtivo encontra-se lastreado pela inserção do trabalhador, a partir de sua função social, no processo de valorização do capital, produzindo mais-valia.

Em que pese o presente texto não se apresentar como uma novidade na agenda de pesquisa e/ou inovação nos termos da apreensão das categorias trabalho produtivo e trabalho improdutivo, o objetivo e a seriedade deste trabalho consiste em adensar e dar visibilidade à construção marxista em torno de tais categorias. Ressalte-se que, no tempo presente, envolto numa crise capitalista sem precedentes — com a brutal exploração e a precarização do trabalho articulada à divisão sociossexual e racial, com a explosão da informalidade e do empreendedorismo, e com a mercantilização e privatização da vida social —, retomar Marx é indispensável para aqueles e aquelas interessados/as em fazer a crítica revolucionária da ordem do capital, no sentido da sua radical superação.

## Referências

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, R.; VAN DER LANN, M. Apresentação do livro *Capítulo VI (inédito)*. In: MARX, K. **Capítulo VI (inédito)**. São Paulo, Boitempo, 2022.

DAL ROSSO, S. **Mais trabalho!** A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

DAL ROSSO, S. Teoria do valor e trabalho produtivo no setor de serviços. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 70, p. 75-89, jan./abr. 2014.

DUARTE, J. L. N. Trabalho produtivo e improdutivo na atualidade: particularidade do trabalho docente nas federais. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 291-299, maio/ago. 2017.

HARVEY, D. **Para entender o Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013. (Livro I).

LESSA, S. *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Cortez, 2007.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Livro primeiro, tomo 1).

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Livro primeiro, tomo 2).

MARX, K. **Capítulo VI (inédito)**. São Paulo: Boitempo, 2022.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, K. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857–1858. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **Teorias da mais-valia**: história crítica do pensamento econômico. São Paulo: Civilização Brasileira, 1980.

MARX, K. **Das Kapital**: Kritik der Politischen Ökonomie. Marx-Engels-Gesamtausgabe (MEGA). Institut für Marxismus-Leninismus Beim ZK d. SED. Berlin: Dietz Verlag, 1989.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2016.

SMITH, A. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. (Volume I).

TEIXEIRA, F. J. S. **Análise crítica do mercado de trabalho de Fortaleza à luz das categorias de Trabalho Produtivo e Improdutivo**. Fortaleza: SINE/CE, 1988.

Submetido em: 8/3/2024

Aceito em: 6/5/2024